

A EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS PANDÊMICOS

CHILD EDUCATION IN PANDEMIC TIMES

Aliny Vitória Martins Cunha¹
Ana Caroline Rodrigues dos Santos²
Gabrielle Alves da Silva³
Luiz Felipe Barbosa⁴
Maria Eduarda Cruz Duarte⁵
Milena Cristina Andrade⁶

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade analisar os impactos da pandemia na Educação Infantil, fase importante no processo de desenvolvimento cognitivo, socioafetivo e psicomotor das crianças, a partir de entrevistas, pesquisas bibliográficas e análise do documentário “Território do Brincar”. Buscamos compreender também o ponto de vista de pais e professores em relação a esse período pandêmico, visto que todos tiveram que se reinventar para garantir que, apesar das adversidades, o ensino de qualidade não se estagnasse.

Palavras-chave: Educação infantil. Pandemia. Ensino Remoto.

ABSTRACT

The current paper aims to analyze the impacts of the SARS-COV-2/COVID-19 pandemics on Early Childhood Education, an important phase of children's cognitive, socio-affective and psychomotor development, from interviews, bibliographic research and the analysis of the documentary "Território do Brincar". We also seek to understand the point of view of parents and teachers in relation to this pandemic period, as everyone had to reinvent themselves to ensure that, despite adversities, quality education did not stagnate.

Keywords: Early childhood education. Pandemic. Remote Teaching.

INTRODUÇÃO

A pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, que teve início no ano de 2020, impactou o Brasil e o mundo em todas as esferas possíveis: trabalho, saúde, educação. Neste trabalho, demos enfoque às escolas com segmento na Educação Infantil, período essencial para inserção dos indivíduos nesse ambiente socializador e de descobertas.

A Educação Infantil engloba crianças de 0 a 5 anos de idade, proporcionando-lhes estímulos através de atividades lúdicas, jogos e brincadeiras. Esse período é muito importante

¹ Aliny Cunha. Graduada em Pedagogia pela PUC Minas. alinymartinsc@hotmail.com

² Ana Caroline Santos. Graduada em Pedagogia pela PUC Minas. ana.caroline.santos222@gmail.com

³ Gabrielle Alves. Graduada em Pedagogia pela PUC Minas. gabriellealves1112@gmail.com

⁴ Luiz Felipe Souza. Graduando em Pedagogia pela PUC Minas. lipesouzaop@hotmail.com

⁵ Maria Eduarda Cruz. Graduada em Pedagogia pela PUC Minas. eduardagg16@gmail.com

⁶ Milena Cristina Andrade. Graduada em Pedagogia pela PUC Minas. milenacristina579@gmail.com

para o desenvolvimento das crianças, pois ajuda a desenvolver habilidades como a coordenação motora, a sociabilidade, noções matemáticas e de espaço, além de promover o reconhecimento da criança a respeito de si, do outro e do ambiente escolar.

Com a pandemia da COVID-19, todo esse período de iniciação escolar foi desestabilizado, obrigando professores, pais e alunos a se reinventarem de maneira brusca. Esse processo descortinou as desigualdades sociais presentes em nossa sociedade e nos convidou a repensar nossas práticas pedagógicas e sociais. Diante dessa problemática, este trabalho tem como objetivo analisar os impactos da pandemia na educação infantil, ponderar as desigualdades e injustiças escancaradas por causa do vírus e analisar os possíveis cenários que estão por vir com o fim deste período pandêmico. Por fim, utilizamos como metodologia entrevistas, referências bibliográficas e a análise do documentário “Território do Brincar”, para entender melhor como a Educação Infantil resistiu e resistirá, apesar das adversidades enfrentadas.

IMPACTOS DA PANDEMIA

A pandemia causada pelo Covid 19 impactou o mundo e alterou, consideravelmente, a forma de concebermos a realidade que perpassa nossas vidas. São inegáveis as mudanças em nosso cotidiano: a rotina, a forma de nos relacionarmos, a maneira de lidarmos com as tecnologias e a própria forma de realizar o processo educacional.

Entretanto, vale ressaltar que essas mudanças afetaram a todos, porém de maneiras diferentes, conforme uma conjuntura de contextos que variam desde razões econômicas, até mesmo em razão da faixa etária dos sujeitos. Nesse sentido, cabe refletir sobre como a pandemia vem impactando as crianças.

Primeiramente, é preciso considerar que a concepção que se tem, atualmente, acerca das crianças é resultado de uma construção sócio-histórica, formada por influências da organização da própria sociedade que moldam a maneira como esses sujeitos são tratados e compreendidos. A partir disso, a Base Nacional Comum Curricular traz a mesma definição abordada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, que consideram as crianças como

[...] sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Essa definição ressignifica o lugar ocupado pelas crianças na sociedade, visto que, após diversos avanços, elas se tornaram sujeitos de direitos. Além disso, essa definição exprime também as próprias características do seu comportamento ao longo de seu desenvolvimento.

Esse aspecto é considerado no planejamento do espaço escolar destinado às crianças, especialmente às que se encontram na Educação Infantil, pois, conforme Oliveira (2014), esses espaços são contextos de vivência, aprendizagem e desenvolvimento, por isso, requerem uma ação pautada na intencionalidade, no cuidado e na organização.

Essa organização do ambiente escolar e as práticas pedagógicas para a Educação Infantil são pautadas nos eixos estruturantes da interação e da brincadeira, definidos pelas DCNEI. Esses dois eixos são fundamentais para as crianças, pois Vygotsky (1988) defende que o ato de brincar auxilia no desenvolvimento das crianças contribuindo com a construção da percepção do mundo exterior e a aprendizagem, a partir das interações sociais e com o meio em que estão inseridas.

Nesse contexto, as “interações assumem importante papel no processo de desenvolvimento da criança e são elas que propiciam ao indivíduo experiências fundantes na sua relação com os outros, crianças e adultos” (SANTOS *et al.*, 2014, p. 97).

Entretanto, com a necessidade da implementação do ensino remoto emergencial devido à pandemia, esses espaços se alteraram. As casas se tornaram uma extensão do ambiente escolar e as famílias, dentro de suas condições, foram forçadas a criar uma nova realidade para as crianças.

Dessa maneira, além da retirada do ambiente escolar, esses sujeitos passaram a lidar com diversas emoções, devido ao isolamento social aliado às diversas restrições sanitárias, com a ausência afetiva de familiares, amigos e dos próprios professores, com o medo e a insegurança que rodeiam as famílias, com o luto, com os estresses familiares, entre outras situações comuns que perpassam a vida humana.

Nesse processo, as crianças sofreram uma forte ruptura dos laços afetivos, das interações entre seus pares e de uma educação sistematizada. Em relação a esses aspectos, a Fundação Oswaldo Cruz (2020) alerta que esses impactos podem ser mais severos em crianças que se encontram em alguma situação de vulnerabilidade social ou mesmo que tenham alguma deficiência.

Em consequência disso, é preciso atentar ao custo que a pandemia traz para a saúde mental das crianças, uma vez que:

Os transtornos que surgem na infância e adolescência são altamente relevantes para a sociedade porque afetam indivíduos normalmente saudáveis em plena fase produtiva e de desenvolvimento, com prejuízos cumulativos até a idade adulta. Levam muitas vezes à incapacidade e mesmo à morte, figurando dessa forma entre as principais causas de carga de doença na população (POLANCKZY, 2020).

Conforme o exposto, nota-se que a perda da interação e as incertezas emocionais diante de um contexto extremamente novo e desafiador têm sido os principais impactos para as crianças.

Assim, vale ressaltar que, em alguns casos, as crianças continuam interagindo com outras crianças e até mesmo com os adultos. Entretanto, é preciso reforçar que “os contextos coletivos de educação para crianças pequenas diferem muito do ambiente familiar e requerem formas de organizá-lo diferentes do modelo de substituto materno” (OLIVEIRA, 2014, p. 192).

Diante disso, é evidente a necessidade de nos atentarmos à forma como recebemos as crianças e proporcionamos-lhes um lugar acolhedor e seguro em que elas possam se sentir livres para compreender o mundo e, assim, se desenvolver.

PANDEMIA E EDUCAÇÃO: DESIGUALDADES E INJUSTIÇAS

É consenso que a educação sofre interferência dos contextos sociais, econômicos, políticos e culturais em que está inserida. Dessa forma, é inegável que o sistema educacional brasileiro e o direito das crianças à educação tenham sido afetados no período de pandemia.

Quando se fala sobre Educação Infantil, Rosemberg (2014) aponta que essa sempre foi uma etapa da Educação Básica que evidencia a desigualdade no Brasil.

Pode-se considerar que a insuficiência de vagas em creche contribui para a manutenção da pobreza: de um lado, em decorrência de a manutenção da criança ficar exclusivamente sob a alçada da família quando, a família da criança pequena não compartilha com a sociedade e o Estado os custos associados aos cuidados (alimentação, higiene, infraestrutura, entre outros); de outro lado, ao não se disponibilizarem vagas suficientes em creche, dificulta-se a atividade laboral de familiares adultos e, por vezes, mesmo a atividade escolar de crianças e adolescentes, particularmente das mulheres (ROSEMBERG, 2014, p. 176).

Essa manutenção se viu ainda mais acentuada com a Covid-19, que escancarou os problemas vividos por tanto tempo no país. A necessidade de se manter em casa trouxe como consequência o afastamento da escola por conta do isolamento social, e muitas famílias se viram em uma situação complicada, já que as creches e as pré-escolas eram onde elas deixavam suas crianças para irem trabalhar.

Essa é uma das situações que evidencia como muitos pais, em especial mães, possuem como sistema de apoio apenas a própria escola, precisando, muitas vezes, durante a pandemia, levar seus filhos para o emprego que, mesmo com a exigência do isolamento social, não foi interrompido.

O entrelaçamento entre a escola e a desigualdade social acontece também pelo fato de que muitos alunos, ao não irem para escola, perderam o único lugar em que recebiam algum tipo de refeição. “Pesa, ainda, sobre um número expressivo de crianças muito pobres o impacto do ponto de vista nutricional, pois, juntamente com as aulas, elas também perderam o acesso à alimentação escolar” (ALVES *et al.*, 2020, p. 980).

Esse fator é revelador ao expor que a única fonte de alimentação dessas crianças é a merenda escola, mostrando a realidade delas diante de um sistema que contribuiu para a falta de acesso a uma necessidade básica do ser humano.

Também foi evidenciada pela Covid-19 a dificuldade que muitas crianças, não apenas do ensino infantil, mas de toda a Educação Básica, encontram para ter acesso à educação. O ensino remoto escancarou a falta de recursos que elas sofrem devido às poucas condições que possuem para garantir meios, como computadores ou internet de qualidade.

[...] até recentemente, 4,8 milhões de crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos, no Brasil, vivem em domicílios sem acesso à internet — o que corresponde a 18% dessa população. Se levar em conta a forma de acesso, 58% dos brasileiros nessa faixa etária acessam à internet exclusivamente pelo celular — o que pode dificultar a execução de tarefas relacionadas a aulas remotas emergenciais durante a pandemia (STEVANIM, 2020, p. 10-11).

Esse agravante não aconteceu da mesma maneira para todas as crianças brasileiras, como mostram os dados acima. Ainda que o número de crianças com dificuldades para terem acesso ao ensino remoto tenha sido de extrema preocupação, ele não definiu cem por cento dos estudantes do Brasil.

Enquanto muitos lutavam para ter acesso mínimo aos conteúdos à distância, outros tiveram a oportunidade de acompanhar, diariamente, as aulas no conforto de suas casas através de recursos que contribuem para uma educação de maior qualidade.

Com a obrigatoriedade do ensino remoto, veio à tona a desigualdade social, já que a condição social de alguns alunos, principalmente de escolas públicas, foi um dos pontos que ocasionaram dificuldades para ter acesso ao ensino de qualidade, ainda que remotamente (MARTINS; MENDONÇA; BARROS, 2020, p. 2)

Dessa maneira, ficou claro como a disparidade presente entre as diversas realidades dos cidadãos do Brasil esteve exposta durante a pandemia. Enquanto um grupo reduzido tinha acesso à educação de qualidade, mesmo em suas casas, um grupo extenso balanceava as dificuldades de acesso com outras questões agravadas pelo coronavírus, como desemprego, desamparo, fome, entre outros fatores.

Essas questões acabam por influenciar diretamente no processo de ensino-aprendizagem dessas crianças que vivenciaram situações de tensão, estresse e muitas outras consequências que marcaram seu desenvolvimento.

Quando se pensa na diversidade no Brasil, é evidente que a educação não irá acontecer da mesma forma para todos, mas é um direito das crianças serem cuidadas, principalmente, em um contexto agravante como uma pandemia. Esse cuidado significa que elas deveriam ter seu direito à educação garantido, mesmo nessas condições, afinal

[...] se educa cuidando e se cuida educando quando **se respeita plenamente os direitos da criança em relação à saúde, educação, lazer, proteção** etc. com isso se reconhece a integralidade do modo da criança perceber e significar as situações e a si mesmo. (OLIVEIRA, 2014, p. 192 – grifo nosso)

Assim como posto pela professora Maria Antonieta Giovedi, do Colégio Oswald de Andrade, no documentário “Diálogo com Escolas” (2016), o importante “[...] é a gente olhar para fora, olhar para esse mundo do Brasil, tão diferente, e ao mesmo tempo olhar para o que nós fazíamos.” Essa reflexão deve fazer com que educadores e toda a sociedade repensem como a educação tem sido ofertada a grande parte das crianças, e de que forma pode-se lutar para garantir seu avanço, fazendo com que ela, de fato, chegue para todos do país.

EDUCAÇÃO: UM DIREITO DE TODOS

A educação é um direito inalienável, garantido pelo documento máximo que rege o nosso país, a Constituição Federal de 1988. Sendo assim, o impedimento do acesso à educação fere os princípios da nação garantidos pela constituição cidadã, no artigo 6º, que trata dos direitos sociais:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Dessa forma, o esforço para manter e garantir o acesso à educação deveria ser um dos principais objetivos da classe política, visando ao bem dos cidadãos que vivem sob a tutela do Estado, representado, categoricamente, por indivíduos escolhidos por vias democráticas.

Com a pandemia do Sars-Cov-2, causador da Covid-19, o direito à educação esteve ameaçado de diversas formas, principalmente no que tange à possibilidade de retorno das crianças ao ambiente escolar presencial, espaço, por excelência, de socialização da maioria das crianças, excetuando o contato familiar.

Os dois principais fatores para garantir o acesso à educação nesse período deveriam ser a democratização do acesso à rede mundial de computadores, que facilita o contato a distância, possibilitando o processo educacional, mesmo que deficitariamente e a vacinação sistemática da população, que possibilitaria a volta acelerada a uma dita normalidade. Porém, as duas medidas citadas sofreram diversas dificuldades, como governantes que escolheram não comprar vacinas, atrasando o acesso da população a ela ou a limitada disponibilização do acesso à internet para pessoas em situação de vulnerabilidade, esses casos mostraram que a realidade brasileira produz situações desiguais de acesso.

As decisões dos governantes brasileiros, no decorrer da pandemia, foram feitas de diferentes formas. Acatando a pressão “popular”, no caso do prefeito de Belo Horizonte, uma das maiores capitais do país, a decisão foi de retornar, inicialmente, a educação infantil e ampliar a volta dos alunos dos anos seguintes. Os casos de Covid nesse retorno foram expressivos, sendo interrompidas as bolhas (termo utilizado para as turmas em quantidade reduzida).

Em contrapartida, alguns países conseguiram voltar às aulas ainda em 2020, como é o caso da Nova Zelândia, que possui Jacinda Kate Laurell Ardern como primeira-ministra. O pequeno país localizado na Oceania recebeu alunos nas escolas em 29 de abril, possibilitando o acesso aos alunos que não conseguiam continuar estudando de casa. O Ministério da Educação do país insular definiu, rapidamente, as recomendações de segurança, efetuando medidas que evitassem aglomerações, um exemplo notável de sucesso que possibilitou aos aprendizes uma volta às aulas seguras.

Portanto, é necessário observar que a atuação dos governantes aconteceu de maneira desigual, ampliando, dessa maneira, a desigualdade social. Houve escolhas que impediram milhares de crianças de terem acesso à educação, ampliando o abismo entre as classes e escancarando problemas num momento de crise.

AULAS PRESENCIAIS E SUAS POSSIBILIDADES

O retorno às aulas presenciais se deu de forma diferente em cada região e em cada instituição de ensino, de acordo com a gravidade da pandemia em suas localidades e as possibilidades de cada escola. As redes particulares voltaram com mais preparação para o enfrentamento do vírus em questão de organização e de higiene, enquanto muitas escolas públicas foram deixadas à mercê da sorte, desde o início da pandemia e durante as aulas remotas. Além disso, existiram diversas controvérsias em relação a essa volta, considerada por muitos desnecessária e, por outros, o correto a se fazer.

A forma de lidar com os alunos dessas diferentes redes também mudou. Por mais que os alunos das redes privadas usufríssem de privilégios e mais preparação durante as aulas *online* do que os alunos das públicas, a preocupação continuou sendo a mesma nos dois âmbitos. O temor era de que essas questões atrasassem o desenvolvimento de habilidades das crianças, atrapalhando nos próximos anos. Até mesmo a socialização delas foi afetada, como aponta a psicóloga infantil Ana Rita Neves, professora doutora em psicologia do Centro Universitário Iesb, que disse em entrevista que as crianças podem apresentar dificuldades de se socializar devido ao longo período de privação do ambiente escolar.

Mesmo assim, não há como negar que os danos causados aos alunos com menos renda são muito maiores e lidar com isso, principalmente no ensino infantil, é de extrema dificuldade e urgência, pois, se essa fase não é bem articulada, o futuro dos alunos pode ser muito complicado. Segundo a diretora de Tecnologias Educacionais do CENPEC, Maria Amabile Mansutti, o aumento da evasão escolar será enorme e talvez irreversível devido à desigualdade. Amabile disse em entrevista à O GIFE:

Nós já enfrentávamos o desafio das desigualdades, mas agora isso ficou escancarado. Vários artigos mostram o grande impacto que ocorre quando crianças altamente vulneráveis, principalmente, ficam grandes períodos afastadas das escolas.”

Por causa disso tudo, se fazem necessárias mobilizações para que a situação não saia ainda mais do controle, sendo de extrema importância a proposição de novas políticas públicas, o cancelamento dos cortes de verba na educação e o empenho de professores qualificados, além de estagiários para ajudar na reparação parcial ou completa dos danos causados pela pandemia e pela desigualdade social no país.

ENTREVISTAS

As entrevistas demonstraram as diversas perspectivas existentes, dentro de um mesmo cenário: a pandemia. Levando em consideração a diversidade social presente em nossa sociedade, conseguimos enxergar como cada sujeito conseguiu enfrentar esse período de maneira viável. A seguir, faremos um breve relato de nossas percepções de cada entrevista realizada.

A partir da entrevista com a professora, foi possível constatar o quanto a pandemia afetou alunos, pais e profissionais da educação de modo geral, e como tudo isso ainda poderá assombrá-los futuramente. Segundo o relato, há uma defasagem de aprendizagem das crianças e um desequilíbrio relacionado à maneira como elas enxergam a vida em sociedade, trazendo problemas para o seu processo de desenvolvimento enquanto sujeitos.

Com o relato da Criança 1, foi possível perceber que, apesar da imensa saudade que ela demonstrou de sua escola e de seus coleguinhas, ela não foi de fato impactada pelo ensino remoto, pois, segundo suas falas, sua mãe lhe prestou um enorme auxílio em relação às suas atividades escolares, fazendo com que não houvesse defasagem no seu processo de aprendizagem.

Podemos perceber a falta que a escola faz na vida das crianças, em especial na primeira infância. Alguns alunos, como é o caso da criança 2, não possuíam assistência suficiente de suas famílias em casa para dar continuidade ao processo de aprendizagem, muitas vezes tendo pouco ou nenhum acesso à escola com o ensino remoto.

No caso da criança 3, percebemos a importância da vida escolar para as crianças pequenas. Inclusive, para a consciência dos cuidados com relação à pandemia, visto que foi um problema social e coletivo.

Na entrevista com a mãe da criança 1, ficou claro que ela falou de suas experiências a partir de um local de privilégio. Ela entendeu os impactos causados pela pandemia na maioria das famílias brasileiras, mas é sincera, ao admitir que, pessoalmente, para sua filha, não houve tantos problemas, visto que ela tinha toda a disponibilidade possível para prestar-lhe assistência.

Diante dos relatos, é nítida a importância da Educação Infantil na vida das crianças, pois ela está diretamente relacionada, não só a aspectos do desenvolvimento cognitivo, mas também social. Além disso, os pais e os professores também sofreram com os impactos da pandemia, visto que tiveram de se adaptar de maneira brusca, para garantir a continuidade e o acesso do ensino para suas crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dos dois últimos anos, devido à pandemia causada pela COVID-19, podemos perceber grandes impactos políticos, econômicos e sociais nas áreas da saúde, da segurança e da educação da sociedade. Como apresentado, o novo contexto da pandemia desencadeou e escancarou problemas vividos pela população brasileira, sendo o menor deles o sanitário, já que a população já sofria de desamparo, desemprego e fome.

O grande agravante dos problemas desencadeados pela pandemia foi o descaso dos governantes para com a população, com a disseminação de notícias falsas e tratamentos ineficazes para a doença, o atraso e a corrupção na compra de vacinas, desrespeito às normas de segurança impostas para a contenção do vírus, além de reabertura precoce de espaços públicos.

Sabemos que o ambiente escolar é um espaço de fundamental importância para as crianças pequenas, pois é um lugar de desenvolvimento de identidade e socialização, porém não poderíamos negligenciar a saúde dos estudantes em meio a uma pandemia. Nesse ponto, vimos a importância de investimentos na educação pública, para que, em momentos atípicos como estes, alunos em situação de vulnerabilidade não fiquem com defasagem na aprendizagem em relação àqueles que fazem parte de uma classe social mais alta e que têm acesso a escolas particulares com os melhores recursos tecnológicos.

A partir das entrevistas realizadas com uma mãe e alunos da rede pública da educação infantil, pudemos perceber o quanto essas crianças sentiram falta da escola, dos colegas e das professoras. Percebemos o quanto a socialização nessa fase é tão importante para o desenvolvimento. Até as próprias crianças demonstraram a falta que faz. Também está notória a desigualdade de acesso à educação, considerando apoio familiar e recursos tecnológicos e financeiros, quando analisamos que as três crianças entrevistadas estão inseridas na educação pública. Notamos que a criança 1 teve acesso às aulas remotas, contato com a professora e total atenção da mãe. Já a criança 2 não estabeleceu nenhum contato com a escola e com a professora e a mãe, por ter a necessidade de trabalhar o dia inteiro, não pôde dar atenção suficiente ao se tratar da educação. A criança 3 já estava retornando às aulas presenciais, tomando os cuidados necessários e retomando suas atividades e interações sociais. Além disso, a professora entrevistada relatou que, de fato, houve uma grande defasagem na aprendizagem dos alunos e os contextos em que cada um estava inserido diz muito sobre como passaram o período de isolamento e sobre como o processo de aprendizagem e alfabetização se dará agora, num futuro próximo.

Com tudo isso, podemos concluir que a escola é fundamental para as crianças pequenas e que a pandemia realmente causou impactos, cujos rastros serão vistos nos anos que estão por vir, tanto no âmbito social como no educacional e que, além disso, a raiz de todo o problema que se agrava cada dia mais é político. Devemos continuar lutando por uma educação acessível e de qualidade, para que sejam formados sujeitos e cidadãos críticos, pensantes e autônomos, e, assim, saibamos discutir, indagar, argumentar e escolher representantes políticos que, de fato, representem o povo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Thiago *et al.* Implicações da pandemia da COVID-19 para o financiamento da educação básica. **Revista de Administração Pública** [online]. 2020, v. 54, n. 4, p. 979-993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200279> . Acesso em: 23 set. 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br> . Acesso em: 14 jul. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf . Acesso em: 22 set. 2020.
- DIÁLOGO com escolas. 4 mar. 2016. 1 vídeo (25min42s). Publicado por Território do Brincar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HvxvZQfDbPI&list=PL1IlaKMcWzeyUAkYGxHJCJWx5hMxO7VVD&index=4> . Acesso em: 25 set. 2021.
- FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. **Crianças na pandemia Covid-19**. Saúde mental e atenção psicossocial na Pandemia Covid-19. Disponível em: https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/05/crianc%cc%a7as_pandemia.pdf. Acesso em: 22 set. 2021
- MARTINS, Robelissa Lima; MENDONÇA, Andressa Alves; BARROS, Antônio Jonatas da Silva. **Ensino remoto, desigualdade social e seus impactos na educação pública da cidade de Quixadá-CE**. Anais VII CONEDU - Edição Online. Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/68534> . Acesso em: 23 set. 2021.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Currículo na Educação Infantil: dos conceitos teóricos à prática pedagógica. *In*: SANTOS, Marlene Oliveira dos; RIBEIRO, Maria Izabel Souza (org.). **Educação Infantil**: os desafios estão postos e o que estamos fazendo? Salvador: Sooffset, 2014.

POLANCZYK, Guilherme. O custo da pandemia sobre a saúde mental de crianças e adolescentes. **Jornal da USP**. 11 de maio de 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-custo-da-pandemia-sobre-a-saude-mental-de-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 22 set. 2021.

ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas Públicas e Qualidade da Educação Infantil. *In*: SANTOS, Marlene Oliveira dos; RIBEIRO, Maria Izabel Souza (Org.). **Educação Infantil**: os desafios estão postos e o que estamos fazendo? Salvador: Soffset, 2014.

SANTOS, Marlene Oliveira dos *et al.* A educação infantil na Bahia: alguns dados quantitativos. *In*: SANTOS, Marlene Oliveira dos; RIBEIRO, Maria Izabel Souza (org.). **Educação Infantil**: os desafios estão postos e o que estamos fazendo? Salvador: Soffset, 2014.

SAÚDE, orçamento e dimensão psicológica: os desafios envolvidos na volta às aulas. **O GIFE**. 31 ago. 2020

STEVANIM, Luiz Felipe. Exclusão nada remota: desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia. **RADIS**: Comunicação e Saúde, ago. 2020, n. 215, p. 10-15. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43180> . Acesso em: 23 set. 2021.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998